

EDUCAÇÃO INFANTIL, ATENDIMENTO DAS INFÂNCIAS MIGRANTES HAITIANAS, NUM CONTEXTO PERIFÉRICO E EM TEMPOS DE PANDEMIA

**Informe de Pesquisa apresentado ao Observatorio
Latinoamericano y Caribeño en Primeras Infancias,
Infancias y Juventudes**

AUTORA:

Samantha Meconi

ORIENTADORA:

Maura Pardini Bicudo Vêras

*Con el apoyo del Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)*



Meconi, Samantha

Educación infantil, atendimento das infâncias migrantes haitianas, num contexto periférico e em tempos de pandemia : Informe de Pesquisa apresentado ao Observatorio Latinoamericano y Caribeño en Primeras Infancias, Infancias y Juventudes / Samantha Meconi. - 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2024.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-987-813-725-4

1. Educación Inicial. 2. Infancia. 3. Personas Migrantes. I. Título.
CDD 306.432



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Colección Producciones de los Grupos de Trabajo

Director de la colección

Pablo Vommaro - Director de Investigación

CLACSO Secretaría Ejecutiva

Karina Batthyány - Directora Ejecutiva

Equipo de Grupos de Trabajo

Natalia Gianatelli - Coordinadora

Rodolfo Gómez, Teresa Arteaga, Cecilia Gofman, Sofía Torres, Marta Paredes y Ulises Rubinschik

Equipo de comunicación e información

Gustavo Lema - Director

Marcelo Giardino - Coordinador de Arte

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723.

No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo del editor.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <clacso@clacsoinst.edu.ar> | www.clacso.org



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

Coordinadoras/es del Grupo de Trabajo Infancias y juventudes:

Melina Vázquez

Instituto de Investigaciones Gino Germani | Facultad de Ciencias Sociales | Universidad de Buenos Aires | Argentina
mvazquez@sociales.uba.ar

María Camila Ospina Alvarado

Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud Alianza | Ciencias Sociales | Universidad de Manizales | Colombia
mospina@cinde.org.co

Juan Romero

Departamento de Ciencias Sociales | Centro Universitario Regional Litoral Norte | Universidad de la República | Uruguay
juanromero69@gmail.com

Educação infantil, atendimento das infâncias migrantes haitianas, num contexto periférico e em tempos de pandemia

Informe de Pesquisa apresentado ao Observatorio Latinoamericano y Caribeño en Primeras Infancias, Infancias y Juventudes

Autora: **Samantha Meconi**

Orientadora: **Maura Pardini Bicudo Vêras**

Con el apoyo del Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



São Paulo 2023

Resumo

MECONI, Samantha. Educação infantil, atendimento das infâncias migrantes haitianas, num contexto periférico e em tempos de pandemia

Este resumo apresenta minha pesquisa sobre a educação infantil e o atendimento das infâncias migrantes haitianas nos Centros de Educação Infantil (CEIs) das redes diretas e conveniadas da Rede Municipal de Educação de São Paulo, num contexto periférico e em tempos de pandemia. Pretendeu-se contribuir para uma compreensão acerca da educação e dos cuidados oferecidos aos bebês e às crianças migrantes nos espaços coletivos e públicos de educação infantil e para a pesquisa com bebês e crianças. O estudo analisou como os cuidados e a educação de bebês e crianças migrantes são observados nos documentos legislativos da educação infantil paulista, que orientam as práticas pedagógicas atuais nos centros de educação infantil das redes diretas e conveniadas da cidade de São Paulo. A presente pesquisa também buscou narrar como foi o atendimento de bebês e crianças migrantes haitianas durante o período de pandemia da covid-19 e o início do retorno presencial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como estratégias a análise documental e a observação participante buscando examinar a conformidade das práticas observadas nos CEIs em relação às diretrizes estabelecidas nos documentos normativos, especialmente o Currículo da Cidade – Povos Migrantes. Foram observados como a presença de representações visuais da população migrante, a diversidade cultural e a promoção da valorização da identidade migrante nos ambientes educacionais estavam presente no cotidiano dos CEIs.

Palavras-chave: Migração e educação infantil; pesquisa com bebês e crianças; sociologia da infância.

Sumário

1. Introdução	4
2. Desenvolvimento da Pesquisa	9
3. Considerações Finais	20
4. Referências	23

1 INTRODUÇÃO

Fazendo caminhos ao caminhar

As questões sociais nos trazem às questões de pesquisa. A partir dessa afirmação é imprescindível mencionar que a minha inquietação com o atendimento de bebês e crianças migrantes nos Centros de Educação Infantil (CEIs) da Rede Municipal de São Paulo nasceu das minhas observações nas visitas como Supervisora Escolar e na observação direta de crianças migrantes dentro do CEI. Nessas visitas mensais, pude perceber duas faces da moeda: algumas escolas que não respeitavam a bagagem cultural dessas crianças e usavam apenas a língua portuguesa para a comunicação com as crianças e as famílias, e outras escolas que tiveram a sensibilidade de traduzir bilhetes usando o Google Tradutor para a língua francesa, efetivamente garantindo uma comunicação com as famílias por meio dos bilhetes diários.

Trabalho na escola pública desde 1993 e me efetivei como Supervisora Escolar da Rede Pública Municipal de São Paulo em janeiro de 2017. Realizando mensalmente visitas de ação supervisora em CEIs diretos e conveniados em parceria com a prefeitura, comecei a perceber a presença de bebês e crianças imigrantes. Ouvi dos profissionais dos CEIs do meu setor alguns relatos sobre bebês e crianças migrantes que chegam a permanecer por até dez horas diárias nesses espaços:

Em casa a mãe fala espanhol, aqui a professora fala português e ele não está falando nada! (Relato de uma professora em relação a um menino de 3 anos, boliviano, que não se comunica na escola, apenas em casa).

Hoje no cardápio tem macarrão, mas a N. não tem o costume de comer isso e ela não almoçou. (Relato em relação a uma menina haitiana de 3 anos de idade que rejeitou a comida).

Em conversas informais com as professoras, durante as visitas de ação supervisora, elas também falam sobre as crianças imigrantes:

A C. nunca faltou na escola, sua mãe nunca faltou em nenhuma reunião de pais. A sua família é muito cuidadosa com seus materiais e com sua agenda. A gente percebe que a escola é algo muito importante para eles, pois eles vêm com roupinha de sair para a escola” (Relato de uma professora sobre uma menina boliviana).

Geralmente são os pais das crianças haitianas que participam das reuniões de pais e buscam as crianças que ficam doentes. As mães ficam em casa, pois ainda não falam português. (Relato de uma professora de crianças haitianas).

Uma professora mostrou-me o seu diário de bordo com o relato da roda de conversa, com crianças de 4 anos, sobre a Bolívia. A professora apresentou imagens, pratos típicos,

roupas e paisagens, e houve um grande interesse por parte das crianças. Segundo o relato da professora: “Tenho na turminha o pequeno A., que é boliviano, e tal projeto tem como objetivo valorizar a sua cultura, proporcionando a ele um acolhimento mais rico [...]. Após o projeto, percebi que houve diferença no comportamento das crianças em relação ao A”.

Além da observação da matrícula e frequência dos bebês e crianças migrantes nos espaços educativos da rede municipal, o olhar para o tema da pesquisa fez reconhecer-me como filha de imigrante, cujo pai italiano chegou com a família ao Brasil para buscar novas oportunidades após a penúria advinda com a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, no desenvolver da pesquisa, enfrentamos vários desafios, com o início da pandemia de covid-19 em março de 2020 e a greve sanitária dos profissionais da educação pública no primeiro semestre de 2021, que lutavam pela defesa da vida e da vacinação de todos. Esses fatos impossibilitaram a visita e o acompanhamento das rotinas dentro do Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) Perus I e dentro dos CEIs. Ao final da greve, no dia 9 junho de 2021, o desafio era retomar os contatos com CIEJA Perus I e com os CEIs conveniados e agendar, juntamente com a direção e a coordenação, um momento para conversar com as famílias de crianças haitianas, uma vez que acreditamos que, para garantir uma escuta atenta e respeitosa da infância, é necessário também escutar as famílias. A pandemia e a situação em que ficaram as Unidades Escolares (UEs) modificaram o andamento, o foco e o objeto da pesquisa, pois foi preciso entender a situação de bebês e crianças nessa condição inédita e inesperada.

Todas essas situações, algumas inéditas advindas desse período pandêmico e outras que se intensificaram e se escancaram – como a fome, a miséria, a omissão do Estado, as violências etc. –, também serão tratadas ao longo da tese, uma vez que essa situação pandêmica permeou toda a pesquisa.

Sendo assim, inicialmente, o objetivo da pesquisa era observar o cotidiano dos centros de educação infantil, com foco na educação e cuidados de bebês e crianças migrantes. No entanto, diversos fatores impediram a frequência desses bebês e crianças nos locais, como a pandemia de covid-19; a greve sanitária que ocorreu no início de 2021 quando profissionais da educação tentaram barrar o retorno presencial sem a garantia da vacina e da vida; as várias ondas e variantes do coronavírus; a onda de violência contra as escolas, que se intensificou em abril de 2023, quando, além de várias ameaças e boatos frequentes, uma professora foi morta por um adolescente em um ataque violento em uma escola estadual na cidade de São Paulo, no dia 27 de março de 2023, e quando houve outro ataque em uma creche em Santa Catarina, no dia 05 de abril de 2023, no qual quatro bebês foram mortos.

Com a observação do cotidiano prejudicada pela falta de interação, o estudo passou então a ser a análise de como os cuidados e a educação de bebês e crianças migrantes são observados nos documentos legislativos da educação infantil paulista, que orientam as

práticas pedagógicas atuais nos centros de educação infantil das redes diretas e conveniadas no bairro de Perus, região periférica da cidade de São Paulo. Isso incluiu a investigação do Projeto Político-Pedagógico da unidade, a organização de tempos e espaços, bem como a representatividade de bebês migrantes nas paredes e ambientes dos CEIs observados. Além disso, a presente pesquisa também buscou narrar como foi o atendimento de bebês e crianças migrantes haitianas durante o período de pandemia e o início do retorno presencial.

A pesquisa também identificou bebês e crianças migrantes, de zero a três anos, presentes em equipamentos públicos diretos e terceirizados, permitindo descrever a diferença no atendimento oferecido a esses indivíduos.

Este estudo também tem como objetivo investigar a presença de matrículas de bebês e crianças migrantes na rede direta de educação infantil da cidade de São Paulo, considerando a importância de fornecer espaços privilegiados para vivenciar a infância.

Os objetivos complementares incluem:

- 1) revisão de literatura sobre a sociologia da infância e os estudos sobre bebês;
- 2) levantamento de matrículas de bebês e crianças migrantes, especialmente na Diretoria Regional de Educação de Pirituba/ Jaraguá que abarca o território de Perus;
- 3) diferenciação do atendimento nos CEIs diretos, indiretos e conveniados da rede municipal de ensino.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como estratégias a análise documental e a observação participante, buscando examinar a conformidade das práticas observadas nos CEIs em relação às diretrizes protegidas nos documentos normativos. Serão investigados aspectos como a presença de representações visuais da população migrante, a diversidade cultural presente nas atividades pedagógicas e a promoção da valorização da identidade migrante nos ambientes educacionais.

Na presente pesquisa, serão analisados os documentos oficiais que normatizam a educação infantil na cidade, com destaque para o Currículo da Cidade Educação Infantil e o Currículo da Cidade: Povos migrantes. Além disso, será realizada uma comparação entre as diretrizes presentes nesses documentos e a observação do cotidiano de um CEI direto e um CEI conveniado localizado em Perus.

Para o desenvolvimento da pesquisa, fomos guiados pelas seguintes questões que se relacionam com o problema central deste projeto e, a partir de um novo desenho da presente tese em um contexto pandêmico, novas hipóteses e questões de pesquisas foram aparecendo nesse percurso: como os cuidados com a educação de bebês e crianças migrantes são observados nos documentos legislativos da educação infantil paulista que orientam as práticas pedagógicas nos CEIs? Qual é a representatividade de bebês migrantes nos ambientes dos CEIs observados e como isso reflete a inclusão desses indivíduos? Quais são as diferenças no atendimento oferecido a crianças brasileiras e migrantes em equipamentos

públicos diretos e terceirizados? Como as políticas públicas podem ser formuladas de maneira mais adequada para garantir os direitos e o desenvolvimento integral de bebês e crianças migrantes nos CEIs da rede municipal paulista? Como foi o atendimento de bebês e crianças migrantes em tempos de pandemia de covid-19?

Os resultados apresentados incluem a identificação do nível de conformidade entre as diretrizes dos documentos oficiais e a realidade observada nos CEIs selecionados. Além disso, apresentamos as possíveis barreiras e desafios enfrentados na inclusão de bebês e crianças migrantes na rede direta de educação infantil. Esses resultados contribuirão para a reflexão sobre políticas e práticas educacionais inclusivas, visando garantir uma experiência educacional de qualidade para todas as crianças, independentemente de sua origem migratória e, também, para a produção de conhecimento na área de migrações, educação infantil e sociologia da infância.

O problema de pesquisa da presente tese é verificar como os aspectos da legislação para atendimento da educação infantil migrante aparecem nos documentos oficiais, são observados no cotidiano de alguns Centros de Educação Infantil de Perus (conveniados, diretos e indiretos), com bebês e crianças migrantes haitianas. Mesmo que os CEIs não tenham "se tornado haitianos" (FREITAS, 2022), como o CIEJA Perus I, como a presença desses bebês e crianças são percebidos e como essa diversidade é respeitada e incluída no currículo e mesmo na rotina diária de educação e cuidados.

Para o desenvolvimento da pesquisa, articulei minhas visitas rotineiras no CEIs (diretos e conveniados) do bairro de Perus, com entrevistas com as famílias de bebês e crianças migrantes e depoimentos espontâneos dos profissionais da educação.

Consideramos importante colocar as crianças migrantes nas pesquisas para iluminar sua participação social.

Apesar de em muitas bibliografias pesquisadas aparecer o termo "estrangeiro" e "imigrante", nesta pesquisa escolhemos o termo "migrante" para tratar sobre essas crianças e famílias, uma vez que essa nomenclatura abrange não só as pessoas que estão em movimentos externos como aquelas que estão em movimentos internos e, por ser mais amplo, achamos por bem a utilização desse conceito.

Nesta tese, escolhemos como campo de estudo a sociologia da infância como forma de encontrar-me com as crianças e bebês, compreendendo as suas percepções de mundo e a produção das culturas infantis.

Concordamos que as lutas feministas nos anos 1970 e 1980 foram essenciais para garantir os direitos de bebês e crianças à educação infantil. E não podemos deixar de mencionar que o pano de fundo das mobilizações refletia as condições econômicas e as desigualdades sociais, demonstravam o papel fundamental de adultos para garantir e defender os direitos de bebês e crianças por uma educação coletiva nos espaços públicos.

Além disso, a luta por uma educação de qualidade reverberou na pedagogia da infância e da qualidade de uma educação infantil que considerasse a criança como um ator social que – a partir das relações sociais com outras crianças, com as diferenças e com adultos – produz cultura. Segundo Abramowicz (2018), a sociologia da infância no Brasil tem uma particularidade de se aproximar da educação infantil. Na presente pesquisa não será diferente, pois será nos espaços públicos de educação infantil que me encontrarei com bebês e crianças.

Se as crianças estão no mundo e não apartadas dele, nesta pesquisa nos colocamos junto com elas, procurando interpretar suas linguagens, formas de expressão, comunicação e suas culturas infantis.

É fundamental reforçar o conceito de bebês e crianças como sujeitos de direitos, quando sabemos que estamos numa luta diária para fazer valer esses direitos e livrar as crianças de todas as formas de violência.

2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Para desenvolver a presente pesquisa, fizemos o levantamento prévio da bibliografia sobre sociologia da infância e refletimos sobre a inclusão dos bebês nesses estudos. Abordamos a infância migrante e aportes bibliográficos para tratar do tema da educação e da migração. Tratamos sobre a questão da migração e da migração haitiana em São Paulo e no bairro de Perus. Tentamos resgatar historicamente o período de pandemia da covid-19, especialmente os impactos vivenciados pelas escolas, bebês e crianças nos anos de 2020, 2021 e 2022, e apresentamos os dados sobre o atendimento de bebês e crianças nos Centros de Educação Infantil diretos e conveniados, que atendem bebês e crianças de zero a três anos, no período de pandemia de covid-19 e de retorno presencial, número de matrículas e refletimos documentos orientadores da prática pedagógica para povos migrantes.

Para tanto, nos apoiamos no conceito de Vêras (2003) sobre topografia da alteridade, uma vez que os migrantes pobres são empurrados para os bairros periféricos da cidade, mas nem sempre têm o direito de ficar, porque o capital organiza os territórios da cidade. E as relações capitalistas promovem processos de exclusão, de segregação e de (des) e (re) territorialização constantes que transformam as cidades em espetáculos de pobreza (VÉRAS, 2017). Para a pesquisadora, a âncora de fixação em um território é a moradia, na qual a rede de apoio de familiares, da língua e do acesso aos serviços básicos de saúde e de educação permite a transposição de fronteiras e a inserção do migrante na nova sociedade.

Se as famílias chegam a São Paulo, as crianças e os bebês também chegam. Dessa forma, colocar a criança no foco é vital para compreender como os vínculos transnacionais são feitos e transformados, pois em vez de serem “devires humanos” ou adultos em formação, as crianças são agentes ativos que inventam sua cultura em vez de meramente aprender ou reproduzir. Nesse sentido, a idade pode ser uma categoria de análise muito importante, pois há poucas pesquisas sobre bebês e crianças migrantes.

Entendendo-se que a infância não é uma condição universal na qual diferentes crianças passam por uma série de estágios predefinidos, mas um estado de ser que é construído de maneiras diferentes dentro de contextos culturais e geografias de poder particulares. Ao longo desta tese, usaremos a palavra “infâncias” para evidenciar a natureza heterogênea das crianças e da infância.

O texto de Bushin (2009), que trata sobre a decisão de a família migrar sem levar em conta a agência das crianças, revela que a decisão de migrar e muitas vezes os estudos sobre a imigração partem da perspectiva do adulto, não levam em consideração as crianças e que precisamos superar a “presença ausente” das crianças e a visão adultocêntrica nas pesquisas sobre processos migratórios.

Ainda sobre os estudos de migração, Orellana *et al.* (2001) enfatizam que a posição das crianças ao migrarem foi muitas vezes equiparada à de bagagem. Tal comparação nos remete a uma imagem de criança transportada como coisa pelos adultos. Para os autores, só recentemente as crianças afetadas pela migração começaram a figurar como focos de pesquisa, pois, segundo eles, havia uma percepção equivocada e um enfoque nos aspectos econômicos das pesquisas de que as crianças são irrelevantes para os estudos de migração, pois somente os adultos têm importância econômica.

Em seu artigo sobre migração infantil e educação, Norões (2021) discute como os estudos migratórios e sociais sobre a infância podem contribuir para a efetivação dos direitos das crianças migrantes ao fornecerem uma compreensão mais ampla e complexa do fenômeno da migração infantil. Além disso, essa perspectiva permite reconhecer as crianças como sujeitos ativos na construção de suas próprias experiências e identidades.

A autora também destaca a importância da educação na vida das crianças migrantes, pois ela pode ajudá-las a se integrar na sociedade ao proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal, além de contribuir para a construção de identidades e pertencimento. A educação também pode ser uma forma de proteção para as crianças migrantes, oferecendo um ambiente seguro e acolhedor. No entanto, é importante que as políticas educacionais considerem as especificidades das crianças migrantes e suas necessidades particulares para garantir um acesso efetivo à educação.

Pucci e Vêras (2022), em um estudo sobre as relações sociais inclusivas entre alunos bolivianos e brasileiros, identificaram que além da barreira linguística, alunos bolivianos enfrentam na escola barreiras sociais para a sua inserção nos espaços escolares e, também, sofrem com estigmatização e preconceito. Segundo os autores, a barreira linguística também é observada nos migrantes de segunda geração que não dominam suficientemente nem a língua espanhola nem a língua portuguesa. Para os autores, filhos de bolivianos, mesmo nascidos no Brasil, vivem o “novo racismo”, conceito de Wieviorka (2006 *apud* Vêras & Pucci, 2022), um racismo que “hierarquiza” pessoas pelas diferenças culturais, linguísticas ou modos de vida.

Em relação ao racismo enfrentado por bebês e crianças negras nos equipamentos de educação infantil, a tese de doutorado de Flávio Santiago (2019), que se tornou o livro “Eu quero ser o sol, crianças pequenininhas, culturas infantis creche e intersecção”, destaca a necessidade de conceituar a infância de modo interseccionado para compreendermos a exclusão de cidadãs e cidadãos de pouca idade em uma sociedade capitalista desigual.

Em relação à garantia de direitos para migrantes, Alves Braga (2020) revela que os fluxos migratórios na cidade de São Paulo adquiriram relevância principalmente a partir do ano de 2013, momento em que se construíram políticas públicas de atendimento a essa população. Para tanto, o Poder Público Municipal sancionou, em 2016, a Lei 16.418, que

instituiu a Política Municipal para População Imigrante (PMPI). Segundo a autora, esse Marco Legal fixou garantias e direitos para os imigrantes e orientou o atendimento desse público em todas as esferas do município. Em relação à educação, o decreto 57.533 de 15/12/2016 regulamentou a PMPI e estabeleceu para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos o direito ao ingresso, permanência e terminalidade na rede de ensino público municipal.

Como desdobramento do Decreto 57.533, houve a introdução na Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Currículo da Cidade Povos Migrantes, documento que foi elaborado por educadoras e educadores da rede e que foi lançado em 2021. Ainda vemos nos ambientes escolares o predomínio de uma educação monolíngue que não acolhe e não valoriza a interculturalidade. Mesmo entendendo a importância do documento orientador de práticas, precisamos ponderar que o documento é recente, foi pouco refletido e estudado pela comunidade educativa.

Na observação cotidiana nos Centros de Educação Infantil, percebemos que das famílias transnacionais são esperados comportamentos e ações que sigam o “padrão” ou a “norma” brasileira. Citando alguns exemplos, espera-se das famílias ler e entender os bilhetes, mesmo aqueles que são traduzidos usando o Google Tradutor. Mesmo as crianças que não se deslocaram são vistas como deslocadas e tratadas como migrantes, conforme evidenciaram em sua pesquisa Freitas e Silva (2015). Muitas das vezes, há uma necessidade de apresentar os bebês e crianças para mim, enfatizando a sua origem ou, no caso, a origem de seus familiares.

Segundo Lilian Chavez e Cecilia Menjivar (2010), em um importante estudo que levantou pesquisas em torno da criança migrante como ator social, apenas recentemente houve um interesse na pesquisa de crianças migrantes e, segundo as autoras, da mesma forma como ocorreu na pesquisa com as mulheres migrantes, os estudiosos recuperam diálogos de atores que foram “silenciados”. Para elas, as crianças, como atores sociais, também contribuem para modelar respostas por meio de sua participação direta e indireta nas múltiplas comunidades a que pertencem.

A partir das informações disponíveis no site “Dados Abertos da Prefeitura de São Paulo”, referentes ao ano de 2022, observamos que as matrículas de alunos migrantes, especialmente de bolivianos, haitianos e venezuelanos, continuam concentradas nas Diretorias Regionais da Penha, de Jaçanã-Tremembé e Pirituba-Jaraguá. É importante mencionar que, de acordo com os últimos dados do Censo Escolar (referência 2021), haviam 54.951 matrículas de bebês e crianças de zero a três anos nas Unidades de Educação Infantil do Município de São Paulo.¹

¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 01 jul. 2023.

A maioria das pesquisas encontradas sobre migração e educação em São Paulo trata sobre crianças bolivianas nascidas no Brasil, poucos pesquisadores abordam a migração de bebês e crianças migrantes haitianas e a sua inclusão nos equipamentos de educação infantil.

Nas observações preliminares desses bebês e crianças, no contexto educativo, não percebemos curiosidade dos professores em conhecer seu país natal, pensar atividades que pudessem valorizar sua língua, sua cultura e sua origem. Não observamos também um esforço para convidar a comunidade migrante para contar suas histórias e vivências para as crianças. No entanto, há um esforço em traduzir os bilhetes para o francês (e não o crioulo) para que os pais possam se inteirar da agenda escolar. Não observei espaços de escuta para que as crianças migrantes pudessem relatar suas angústias e reflexões sobre a migração e, também, sobre a chegada na escola.

Portanto, são nesses contextos educativos que observamos e percebemos se bebês e crianças imigrantes aprendem a ser o outro, aquele que não é representado no contexto da educação infantil, ou se a sua cultura também é levada em consideração nas ações pedagógicas. Se há migração de pessoas, também existe a migração de saberes e experiências que podem ser compartilhadas.

A pesquisa em espaços educativos é importante para trazer à tona a agência das crianças nesses lugares e ver como as crianças negociam a migração. Além disso, podem apresentar as perspectivas das crianças em relação à migração pelas suas próprias palavras ou pelos seus desenhos.

Valorizar as culturas das infâncias e de suas famílias em um país como o Brasil, marcado pela diversidade cultural e linguística, significa reconhecer as diferentes experiências de vida e educação em vez de tentar homogeneizá-las em uma concepção universal de infância. Essa tentativa de homogeneizar a infância pode ter impactos negativos na vida das crianças migrantes, o que pode levar, segundo Siller (2011), à subalternização e à exclusão dessas crianças na sociedade e na educação.

De acordo com dados encontrados no documento Currículo da Cidade – Povos Migrantes, vivem atualmente em São Paulo cerca de 361 mil migrantes internacionais de mais de 200 nacionalidades diferentes, o que representa aproximadamente 3% da população da cidade.

No momento do desenho da tese, houve uma pandemia de covid-19 que dificultou o acesso à escola, às famílias e aos bebês e crianças em virtude do isolamento social. A partir dessa realidade extraordinária e inesperada, foi preciso pensar o ensino remoto ou uma “educação a distância” para a Educação Infantil a partir da suspensão das atividades presenciais. Tal situação mobilizou pesquisadores da infância: como manter vínculos?

Durante a pandemia do coronavírus, as professoras realizavam vídeos e encaminhavam para as famílias diariamente por meio do aplicativo WhatsApp. As famílias,

por sua vez, após assistirem aos vídeos produzidos pelas professoras, encaminhavam, também por WhatsApp, vídeos e áudios que gravavam com seus bebês e crianças relatando seu cotidiano em período de pandemia. Dentre os enfoques das atividades/vivências, estavam os seguintes temas:

- 1) autonomia
- 2) sono
- 3) alimentação
- 4) lavagem das mãos
- 5) troca da fralda
- 6) desfralde
- 7) Escovação
- 8) importância das vacinas
- 9) importância do brincar
- 10) medo

A partir do levantamento da temática presente nas vivências e experiências que eram propostas virtualmente, verificamos que a temática migração não apareceu nos temas propostos.

Observamos que nas atividades encaminhadas pelas professoras para as famílias, as situações cotidianas, como contar uma história e fazer uma culinária, apareciam frequentemente. No entanto, foi possível perceber que as crianças não foram escutadas e que seu protagonismo não aparece na realização de vivências e experiências. As atividades foram propostas pelos adultos da escola.

Na discussão de protocolos para definição do retorno presencial, bebês e crianças pequenas foram invisibilizados, pois o protocolo não contemplava as especificidades de cuidado com os bebês. O colo e todos os outros momentos de cuidados individualizados não cabem no protocolo.

Em relação ao atendimento da educação infantil na cidade de São Paulo, mais especificamente o atendimento de bebês e crianças de zero a três anos de idade, a Constituição Federal de 1988 normatiza este como um direito do cidadão e um dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, ratifica a importância da educação infantil como a primeira etapa da educação básica.

No entanto, há uma permeabilidade do Estado em relação a lógicas privatizantes e sob a perspectiva de assimilação de instrumentos gerenciais e a possibilidade de oferta de educação pelas Organizações Sociais (OS's) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Concordamos com Arelaro (2008) quando a autora enfatiza que a expansão do atendimento da educação infantil em São Paulo se dava (e ainda se dá) por meio de arranjos

com o terceiro setor, que ela chamou de lógica de uma “política provisória permanente” de oferta de matrículas em creche.

Existem hoje na cidade de São Paulo 2.596 CEIs. Deste número, convém destacar que cerca de 70% deles são conveniados, pois apenas 374 (14%) são administrados diretamente pela Prefeitura, 383 são administrados indiretamente (prédio da prefeitura e gestão privada) e 1.812 (69,7%) são realizados por entidades conveniadas em prédios alugados ou próprios e gestão por Organizações da Sociedade Civil². Portanto, 2.195 CEIs são conveniados e apenas 374 são CEIs diretos, uma proporção de aproximadamente 14,4% de rede direta para 85,6% de rede conveniada.

A pesquisadora Fúlvia Rosemberg (2003) usava o mito de Sísifo para ilustrar a efetivação das políticas públicas para a educação infantil no Brasil, pois enquanto as forças progressistas empurram a educação infantil para cima, as forças contrárias empurram para baixo. Há sempre avanços e retrocessos no atendimento da educação infantil de zero a três anos. Bebês e crianças não têm sua cidadania garantida, mas são "carregados no colo" apenas nas campanhas eleitorais, como bem denunciava a autora.

Em relação ao número de matrículas de educação infantil (zero a três anos) na rede direta no distrito de Perus: 748; vagas em aberto em abril de 2022: 93; número de matrículas na rede conveniada/ indireta: 3216; vagas em aberto na Rede Conveniada/Indireta em abril de 2022: 160. Total de vagas: 3964, sendo 19% na rede direta e 81% na rede indireta/ conveniada.

A partir de dados extraídos do documento Currículo da Cidade – Povos Migrantes, não foi possível identificar matrículas de filhas e filhos de migrantes da segunda geração nascidos no Brasil e que estão matriculados na rede municipal.

A esse respeito, García (2001), em um artigo sobre filhos de imigrantes estrangeiros como objeto de estudo da sociologia, explora as complexidades da identidade e cultura da segunda geração de imigrantes na Espanha, ou seja, os filhos de migrantes estrangeiros que nasceram e cresceram no país, mas que ainda são estigmatizados por sua "denominação de origem". No caso dos bolivianos, diversos estudos têm trazido fatos semelhantes (Pucci & Véras, 2022)

Podemos usar o conceito de excluídos do interior de Bourdieu e Champagne (1997) para constatar que as matrículas de bebês e crianças se concentram nos CEIs Parceiros que, diferentemente dos CEIS diretos, não têm a mesma estrutura física, nem docentes concursados com uma carga horária de trabalho menor e mais tempo de dedicação para

² Disponível em:
<http://eolgerenciamento.prefeitura.sp.gov.br/frmgerencial/NumerosCoordenadoria.aspx?Cod=000000>.
Acesso em: 28 set. 2021

estudo e pesquisa. Utilizamos o conceito dos autores, pois há claramente uma desigualdade de acesso aos espaços de qualidade para vivenciar e explorar a infância.

Para não expor as unidades pesquisadas, fiz uma pesquisa para comparar a metragem da área externa dos equipamentos de educação infantil diretos, indiretos (prédio da prefeitura e gestão terceirizada) e da rede conveniada, que, na maioria dos casos é uma casa adaptada, “sobrando” para as crianças um espaço de garagem para brincar. Pesquisando sobre os dados de área para brincar no sistema EOL, encontramos no CEI direto 237 m² de parque e mais 63 m² de solário; no CEI Indireto temos 240 m² de parque/playground e mais 30 m² de pátio coberto; nos CEIs conveniados esses ambientes e suas respectivas medidas não aparecem.

Ao analisarmos os dados que demonstram o número de alunos matriculados nos anos de 2022 e 2023, podemos observar que houve uma diminuição dos migrantes matriculados na rede municipal de ensino, na Diretoria Regional de Educação de Pirituba/Jaraguá. A diminuição pode ser verificada no número de matriculados provindos do Haiti.

Em entrevistas com gestores do território de Perus para entender porque houve uma diminuição da matrícula, especialmente no ano letivo de 2023, foi levantada a seguinte hipótese para explicar tal fato: os anos sombrios e de crise social, política e econômica que o Brasil viveu desde o Golpe de 2016, quando a presidente Dilma Rousseff foi deposta para o enquadramento do Brasil nas agendas neoliberais, e o arrefecimento da crise com a eleição de Bolsonaro juntamente com a pandemia da covid-19. Além disso, houve menção de que o Brasil não é o destino final dos migrantes haitianos.

A partir de dados do sistema Escola On Line, extraídos em fevereiro de 2023, localizamos o total de 39 bebês e crianças migrantes na Diretoria Regional de Educação de Pirituba/Jaraguá, nos CEIs conveniados. Desses, 39, dois estão matriculados no território de Perus, sendo dois bebês bolivianos e um bebê haitiano.

Sobre novos atores sociais circulam nas escolas brasileiras, Candau (2014) pondera que precisamos adotar um posicionamento crítico e repensar nossas práticas pedagógicas, abandonando condutas homogeneizantes e etnocêtricas. Como o CEI pode se transformar em um espaço que acolha a diferença e a pluralidade e não silencie e invisibilize as diferenças, na tentativa de homogeneizar e padronizar as infâncias?

Pensar em uma perspectiva intercultural e defini-la como princípio a ser seguido no Projeto Político-Pedagógico das unidades é uma forma de respeitar e atender às novas demandas. O Projeto Político-Pedagógico, de acordo com a Orientação Normativa 01/2015, é um documento vivo e dinâmico, construído e reconstruído coletivamente por meio de um constante processo de reflexão.

Para o ano letivo de 2023, em observância à Instrução Normativa 50/2022, publicada em 16 de dezembro de 2022, preconizava que nas Unidades Educacionais de Educação

Infantil o Projeto Político-Pedagógico deveria ser elaborado considerando-se, entre outros aspectos, as ações de identificação e combate ao racismo estrutural e à xenofobia, consideradas as orientações pedagógicas para uma educação antirracista.

É importante destacar que a Lei 10.639, sancionada no dia 09 de janeiro de 2003, tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. No entanto, a promulgação da lei não foi suficiente para garantir a sua efetivação mesmo passados 20 anos. A Lei 11.645/08 incluiu a obrigatoriedade do ensino de cultura e história dos povos originários.

Com base na legislação específica da rede municipal de educação, mais especificamente no documento intitulado Currículo da Cidade e no documento Povos Migrantes, foi realizada uma análise do cotidiano dos Centros de Educação Infantil (CEIs) com o objetivo de investigar a presença de representações, imagens e outras formas de retratação da população migrante nos ambientes educativos.

Usando uma abordagem metodológica fundamentada na observação direta e na análise documental, este estudo buscou examinar a conformidade das práticas observadas nos CEIs em relação às diretrizes protegidas nos documentos normativos.

De acordo com o documento Currículo dos Povos Migrantes (SME, 2021, p. 99) são proposições para trabalhar a valorizar a cultura dos povos migrantes/ refugiados:

- livros com protagonistas migrantes,
- bonecas e bonecos de diversas tonalidades e características representando diversidade étnica e racial;
- contos de princesas, rainhas e super-heróis de outros países, para permear o imaginário infantil, como princesas africanas e asiáticas;
- imagens no espaço escolar que representem a diversidade racial, cultural (mural, painel), entre outras propostas.

No entanto, a partir da observação do cotidiano nos CEIs diretos e conveniados em 2023, observamos que as unidades educativas têm livros e bonecos que contam histórias de outros países, pois receberam esse material da Secretaria Municipal de Educação, em 2023, como forma de anunciar o currículo antirracista, por meio do programa "São Paulo, Farol de Combate ao Racismo Estrutural", uma política pública resultante da parceria entre as secretarias municipais de Educação (SME) e Relações Internacionais (SMRI). Porém, para além das bonecas e dos livros recebidos, alguns ainda nas caixas sem utilização, não observei nenhuma das outras propostas sendo concretizadas nos Centros de Educação Infantil diretos, indiretos e conveniados.

O documento Oficial Povos Migrantes da PMSP ressalta que é de extrema importância preservar as políticas públicas voltadas para a população migrante, visando assegurar o pleno

acesso aos seus direitos e serviços essenciais, como a educação. Sendo assim, o acesso à educação desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento de crianças e jovens migrantes, bem como em sua integração na sociedade. É essencial que as instituições de ensino público implementem políticas de inclusão e acolhimento aos estudantes migrantes e estejam devidamente preparadas para lidar e respeitar a diversidade cultural e as tradições dos estudantes migrantes.

Sabendo da importância da educação, Candau (2014) reconhece que os migrantes trazem consigo uma bagagem cultural rica e diversificada, que precisa ser reconhecida e valorizada nos espaços educacionais.

Além disso, a socióloga destaca a necessidade de repensar os currículos escolares, incorporando conteúdos relacionados às migrações e às culturas dos migrantes. Ela argumenta que o conhecimento sobre as diversas culturas e suas contribuições para a sociedade é essencial para combater estereótipos e preconceitos, promovendo a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Consegui conversar com algumas famílias migrantes após a liberação do retorno presencial de 100% de bebês e crianças aos CEIs da cidade de São Paulo. Em setembro de 2021, encaminhei o termo de esclarecimento e autorização para uso de depoimento e imagens em um CEI conveniado de Perus que tinha o maior número de bebês e crianças migrantes. Dos 10 termos encaminhados, apenas três voltaram assinados e duas famílias compareceram no dia e no horário marcado para a entrevista. É importante, no entanto, destacar que as famílias ficaram preocupadas quando receberam a documentação, achando que eu era da Receita Federal e avisaram a escola que iam organizar a documentação pendente e pagar a Autorização de Residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti, no valor de R\$ 168,13 (referência 2021). Mesmo após o esclarecimento de que se tratava de uma pesquisa, os familiares não apareceram.

O primeiro familiar, pai de um bebê de um ano, está em Perus há quatro anos e escolheu ir para o bairro a convite de um amigo. Mora no Jardim da Conquista, mas não sabe dizer se há muitos migrantes no local em que reside. Para ele, o CEI é importante, pois seu bebê pode conhecer várias pessoas e conviver com outros bebês iguais a ele. H. disse que prefere ficar na invisibilidade, pois, segundo ele, as pessoas não precisam saber da sua vida e das coisas que está fazendo. Seu bebê mora com a avó e ficou com ela durante a pandemia porque sua esposa faleceu.

A segunda família foi de uma bebê de menos de um ano. Compareceu o pai e a mãe, porém apenas o pai respondeu às questões. Disse que está em Perus há dois anos, mas que não escolheu chegar nesse bairro, foi porque tinha alguns amigos já por lá. O pai disse que o CEI é importante para a sua bebê fazer as atividades e que gosta da forma como é tratado

pela escola. Ele conta que, durante a pandemia, a bebê ficou em casa com eles, que não puderam sair para trabalhar. Não recebeu salário e não conseguiu pagar o aluguel.

Em 2022, continuei com as entrevistas com as famílias, porém só consegui conversar com mais um pai de criança migrante.

A criança tem dois anos e é nascida no Brasil, sendo, portanto, migrante de segunda geração. Sua família está no Brasil há seis anos e, antes de chegar em Perus, moravam em Santo André, também no Estado de São Paulo. Apenas o pai compareceu à entrevista, o que denota que realmente as mulheres pouco falam e pouco são ouvidas. Durante o período da pandemia, a criança ficou em casa com a família e só saíram em caso de extrema necessidade, porque tinham muito medo de pegar a covid-19 e morrer.

Para o pai, fazer parte da religião Testemunha de Jeová foi importante, porque participavam frequentemente de reuniões por videoconferência para os encontros da igreja. A esse respeito, podemos citar o estudo de Freitas (2022) sobre a variação haitiana, na qual o autor pondera que enraizada em uma experiência de sociabilidade que as famílias trazem do Haiti, elas procuram no entorno da escola o morar, o estudar e o trabalhar. E, segundo o autor, onde o Estado está precariamente, a Igreja Pentecostal está abundantemente.

Na visão da família, a frequência da criança após o retorno presencial foi muito importante, e eles perceberam mudanças boas e significativas, pois a criança fala melhor, brinca melhor e está mais alegre, e ele diz que tem um privilégio de ter uma boa relação conjunta de criação do seu filho com a escola.

Nos dizeres do pai, “como estrangeiro estou confortável e gosto dessa creche. Estou satisfeito com essa creche. A creche passa informações sobre a criança e ele, como está estrangeiro, está contente com essa parceria”. Além disso, o pai mencionou que “não se sente discriminado nessa escola”.

O pai relata que está fazendo a mesma coisa que seus pais fizeram para ele, pois eles iam sempre à escola para saber sobre a sua vida escolar, e que isso aconteceu até quando ele estava no último ano do equivalente ao ensino médio no Brasil. No Haiti, o pai relata que a sua profissão era professor de línguas.

Perguntei a J. por que ele chegou em Perus, e ele disse que foi porque poderia comprar um apartamento na região, e que os amigos os levaram para o Salão do Reino das Testemunhas de Jeová.

A partir das entrevistas, observamos que as famílias migrantes confiam, valorizam e destacam a importância da escola na vida de seus bebês e crianças, especialmente com o retorno presencial, mesmo em contexto de pandemia. Pelas falas dos entrevistados não foi possível identificar se eles tiveram medo ou se passaram por alguma dificuldade durante o período pandêmico. Porém, é importante mencionar que algumas famílias aceitaram o convite, mas não compareceram nos dias agendados para a entrevista.

Em relação ao atendimento de seus filhos nos Centros de Educação Infantil, todas as famílias entrevistadas mencionaram que gostam do espaço, que sentem que suas crianças são bem cuidadas e que percebem que seus filhos se desenvolveram após a entrada no CEI, pois brincam e convivem com outras crianças.

Em 2023, em ação supervisora, estivemos na U.E. direta que atende bebês e crianças de zero a três anos e que fica na entrada do bairro do Recanto dos Humildes, no Distrito de Perus. Nessa visita, conversamos com a equipe gestora, diretor de escola, assistente de diretor e coordenadora pedagógica. O diretor informou que percebe uma oscilação na matrícula, pois, segundo ele, os haitianos são itinerantes e mudam de país a procura de melhores oportunidades de emprego e de vida e, dessa forma, bebês e crianças acompanham os familiares. Também foi mencionado durante a entrevista, que as famílias tiveram e têm dificuldades em acessar os benefícios sociais por causa da barreira linguística e pela burocracia do aplicativo de uniforme escolar, por exemplo, que não aceitava o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), apenas o CPF do responsável.

Em outro CEI rede direta, houve a matrícula de dois bebês bolivianos para o ano letivo de 2023. Para pensar ações pedagógicas inclusivas e que respeitassem a diversidade, a Unidade Escolar organizou o seu Projeto Especial de Ação (PEA) para o estudo do acolhimento dessas crianças à luz da legislação oficial da prefeitura de São Paulo em especial o documento Currículo da Cidade: Povos Migrantes. Além disso, a coordenadora pedagógica mencionou que orientou as docentes para que não houvesse nenhum tipo de discriminação com relação a esses bebês, que eles fossem sempre chamados pelos seus nomes e sobrenomes, e não, por exemplo, Gael "o Boliviano", como se o sobrenome da criança fosse sua nacionalidade.

A respeito desse estigma, García (2001) explica a "denominação de origem" no qual a maioria das pessoas que são rotuladas como "segunda geração" nunca imigrou. Para a pesquisadora, a principal diferença entre os imigrantes de primeira e segunda geração é que os imigrantes de primeira geração são aqueles que efetivamente imigraram para o país, enquanto os filhos desses imigrantes são rotulados como "segunda geração", independentemente de terem ou não imigrado

Em seu artigo sobre crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo, Freitas e Silva (2015) ponderam que as crianças bolivianas são sempre lembradas que são estrangeiras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial da pesquisa era observar os cuidados oferecidos a bebês e migrantes nos Centros de Educação Infantil da rede pública municipal da cidade de São Paulo, especialmente do bairro periférico de Perus. No entanto, a pandemia do coronavírus que teve início em março de 2020 impediu a observação nos espaços educativos, que foram fechados para evitar o contágio e as mortes. Tal fechamento dos espaços impactou fortemente a rotina da educação infantil, inclusive com a implementação de algo impensado e desaconselhado que foi o ensino a distância para a faixa etária de zero a três anos.

Com o fechamento das Unidades Escolares, a pesquisa foi adequada para analisar como os cuidados e a educação de bebês e crianças migrantes são observados nos documentos legislativos da educação infantil paulista, que orientam as práticas pedagógicas atuais nos centros de educação infantil das redes diretas e conveniadas da cidade de São Paulo, especialmente o documento Currículo da Cidade Povos Migrantes: orientações pedagógicas. A presente pesquisa também buscou narrar como foi o atendimento de bebês e crianças migrantes haitianas durante o período de pandemia e o início do retorno presencial.

Ao analisar os objetivos e os dados coletados, pode-se concluir que, exceto pela tradução dos bilhetes, utilizando o Google Tradutor, para facilitar a comunicação com as famílias migrantes e uma festa das nações não foram verificadas durante a pesquisa ações curriculares significativas para promover a integração da cultura migrante nos Centros de Educação Infantil (CEIs), tais como festividades, narração de histórias ou representações visuais nas instalações.

Sobre a festa das nações ou outro tipo de festividade nas quais o migrante aparece como tema, Skliar e Duschatzky (2001 *apud* Pucci & Vêras, 2022) ressaltam que essa tentativa de realizar uma prática pedagógica multicultural promove o “espetáculo do exotismo” e reforça uma visão folclórica dos povos migrantes. Além disso, realizar uma festa das nações em dia, horário, tempo e espaço definidos nos mostra como a diversidade não é celebrada no cotidiano escolar e como a educação intercultural e multicultural não faz parte do currículo e da prática pedagógica diária. Como se a criança migrante em poucos momentos do ano letivo tivesse suas tradições culturais respeitadas e lembradas e nos demais momentos fosse lembrada como “estrangeira”.

Pensando na sociedade brasileira multicultural e a educação intercultural, conceito estudado e ampliado pela pesquisadora Vera Candau (2014) é a possibilidade plausível para uma educação que respeite e valorize as diferenças.

A cidade de São Paulo já tinha, desde 2016, a Lei 16.418, Política Municipal para População Imigrante (PMPI), e, em relação à educação, o decreto 57.533 de 15/12/2016

regulamentou a PMPI e estabeleceu para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos o direito ao ingresso, permanência e terminalidade na rede de ensino público municipal. A partir das legislações anteriores, a entrada de bebês e crianças migrantes nas escolas públicas de São Paulo também resultou na elaboração do Currículo da Cidade: Povos Migrantes que foi elaborado por vários educadores durante o ano de 2020 e tem como objetivo principal refletir sobre as práticas das Unidades Escolares que recebem migrantes de diversas origens e, também, refletir sobre a percepção da mobilidade humana como um fato que marca a história da humanidade. A proposta dos documentos é apresentar as migrações internacionais na perspectiva de reconhecimento e garantia dos direitos da pessoa migrante e afastar todos os tipos de estereótipos e preconceitos.

No entanto, as diretrizes desse currículo não foram totalmente integradas, nem todas as oportunidades de valorização das culturas das crianças migrantes e suas famílias foram exploradas.

Foi constatado, assim como Siller (2011) em sua pesquisa de doutorado, que as práticas pedagógicas adotadas valorizam uma abordagem monocultura e monolíngue, mesmo que não seja de forma intencional e planejada. A autora se apoia em Martins (2001) para evidenciar que as docentes tem um saber-fazer enraizado no numa identidade nacional.

[...] tem sido regra que a escola reflita o modo de ser e de pensar das sociedades dominantes e, nelas, das classes dominantes, daqueles que já têm um lugar definido na (naquela) sociedade. Esta discussão, porém, pede que se pense a escola do ponto de vista dos "sem lugar", dos desenraizados, dos que transitam, dos que buscam uma sociedade e não dos que são de uma sociedade. (Martins, 2001, p. 25).

Para Siller (2011), é necessário que, para além de práticas culturais hegemônicas, as escolas sejam espaços privilegiados para, a partir da escuta atenta de crianças e famílias, buscar construir práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade e a valorização de diferentes saberes. Para ela, é fundamental que as conquistas legais se tornem realidade para a superação de uma educação infantil adultocêntrica, monocultural e colonizadora que hierarquiza a diferença e, assim, valida as desigualdades sociais. O desafio e a necessidade são a construção de uma pedagogia intercultural e plurilíngue.

No entanto, mesmo o documento trazendo a importância de construir uma estrutura adequada para o acesso e permanência desses estudantes na escola, valorizando suas culturas e línguas de origem, o documento só chegou as U.E.s em 2022 e ainda não foi totalmente estudado e apropriado pelos profissionais da educação.

Mesmo constatando que não houve avanços até o momento, não podemos deixar de mencionar uma preocupação pontual de um CEI em utilizar o documento Currículo da Cidade: Povos Migrantes para estudar e refletir coletivamente sobre formas de inclusão e respeito às

diversidades culturais. Portanto, a questão do acesso e permanência das crianças migrantes na educação infantil não é política pública, não é prioridade, não tem sido realizada.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelos bebês e crianças migrantes nos Centros de Educação Infantil de São Paulo, visando promover a acolhida e o respeito à diversidade cultural desses bebês e crianças.

4 REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. (org.) Dossiê Sociologia da Infância. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 369-512, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/719/pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ALVES BRAGA, Adriana de Carvalho. Educação para imigrantes, cultura escolar e relações sociais em uma escola da cidade de São Paulo. **PÉRIPLoS – Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 4, n. 1, p. 224-242, 2020.

ARELARO, L. A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. *In*: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (orgs.). **Público e Privado na Educação**: novos elementos para o debate. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 51-66.

BOURDIEU, P.; Champagne, P. Os excluídos do interior. *In*: BOURDIEU, P. (org.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. CNE/CEB**. Parecer n. 20/2009. Brasília, DF: 2009

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 25 set. 2021.

BRASIL. **LEI nº. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003.

BRASIL. MEC. **Lei 11645**, de 10 de março de 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confeccionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Números**. Brasília. 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Ref%C3%BAgio%20em%20n%C3%BAmeros/REF%C3%9AGIO_EM_N%C3%9AMEROS_5%C2%AA_EDI%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 20 fev. 2017.

BUSHIN, N. Researching Family Migration Decision-Making: A Children-in-Families Approach. **Population, Space and Place**, v. 15, p. 429-443, 2009.

CANDAU, Vera Maria. **Concepção de educação intercultural**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

CHAVEZ, Lilian; MENJIVAR, Cecilia. Children without Borders: A Mapping of the Literature on Unaccompanied Migrant Children to the United States. *Migr. Inter*, Tijuana, v. 5, n. 3, p. 71-111, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062010000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2022.

FREITAS, M. C.; SILVA, A. P. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, 2015.

FREITAS, M. C. **Deficiências e diversidades: educação inclusiva e o chão da escola**. Cortez Editora. 2022

GARCÍA BORREGO, Iñaki, “Los hijos de inmigrantes como objeto de estudio de la sociología”, Anduli: **Revista Andaluza de Ciencias Sociales**, 3, 2001, pp. 49-67

MARTINS, J. de S. (2001). Por uma pedagogia dos inocentes. **Tempo Social**, 13(2), 21-30.

PUCCI, F. Martinez Serrano, & VÉRAS, M. Pardini Bicudo. Um desafio à escola brasileira: relações sociais inclusivas entre alunos bolivianos e brasileiros. *TRAVESSIA - Revista Do Migrante*, 94, 2022.

NORÕES, Katia. Migração infantil e educação: entre silêncios e urgências no acesso a direitos. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. 43, p.420-443, jan./jun., 2021.

ORELLANA, M.F; THORNE, B.; CHEE, A.; LAM, W.S.E. Transnational Childhoods: The Participation of Children in Processes of Family Migration. **Social Problems**, v. 48, n. 4, p. 572-91, 2001.

PROUT, A. **Reconsiderar a nova sociologia da infância**. Braga: Universidade do Minho; Instituto de Estudos da Criança, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 1 (40), p. 177-194, jan./abr. 2003.

SANTIAGO, F. **Eu quero ser o sol!** Crianças pequenininhas, culturas infantis, creche e intersecção. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 154p.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 57.533/2016**. Regulamenta a Lei nº 16.478/ 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 16.478, de 08 de julho de 2016**. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L16478.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SÃO PAULO, (SP) Secretaria Municipal de Educação. **Currículo Integrador da Infância Paulista** – São Paulo: SME / COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). **Padrões Básicos de Qualidade na Educação Infantil, Orientação Normativa nº. 01/2015**. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica – Educação Infantil. São Paulo, 2015. Disponível em

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Padroes-Basicos-.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SME.SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SP). **Currículo da Cidade: Povos Migrantes - Orientações Pedagógicas**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Curr%C3%ADculo-da-Cidade-Povos-Migrantes-WEB.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SILLER, Rosali Rauta. **Crianças, infâncias e migrações: a vez e a voz das crianças migrantes**. 200 f. Tese, Doutorado em educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VERAS, Maura. B. P. **DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo**. São Paulo: Educ. 2003

VÉRAS, M. Estrangeiros na metrópole: territórios e fronteiras da alteridade em São Paulo. **Revista USP**, São Paulo, n. 114, p. 45-54, jul./ago./set. 2017.